

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.007.434 - RO (2016/0284226-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **JOSÉ ROBERTO FRANCHETTO**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RO002311**
 CARLOS ALBERTO SILVESTRE - RO004017
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSÉ ROBERTO FRANCHETTO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi pronunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I, IV e V, c/c o art. 29, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 676/677).

Verifica-se, ainda, que, além desse fato, o "recorrente foi também denunciado pela prática de outro homicídio, que teve como vítima Atanásio Amaral e Silva, sendo que os autos de ambos os processos (n. 501.2007.007081-0 e 501.2008.010364-8) foram reunidos para formar um único processo (n. 501.2009.010364-8), sede em que foi prolatada uma única pronúncia pela prática dos dois crimes. No entanto, interpôs recurso em sentido estrito, autuado sob n. 1007463-27.2009.8.22.0501 (fls. 509), sede em que logrou obter a separação dos processos" (e-STJ fl. 734).

No presente processo, a defesa interpôs recurso em sentido estrito e o Tribunal de origem negou-lhe provimento em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 865):

Recurso em sentido estrito. Prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Pronúncia.

Havendo prova da existência do crime e de indícios suficientes da concorrência do réu para o crime, impõe-se a manutenção da decisão de pronúncia a fim de submetê-lo ao Tribunal do Júri, juiz competente para julgar crimes dolosos contra a vida.

Foram opostos embargos de declaração pelo ora agravante, os quais foram desprovidos nos seguintes termos (e-STJ fl. 765):

Embargos de declaração. Júri. Pronúncia. Contradição inexistente. Efeitos infringentes. Impossibilidade.

Os embargos declaratórios visam unicamente corrigir vícios decorrentes de contradição, obscuridade, ambiguidade e omissão porventura existentes na decisão, não se prestando a rediscutir a causa ou reexaminar o mérito do recurso com o fim de emprestar-lhes efeitos modificativos, especialmente no caso do recurso em sentido estrito interposto contra a decisão de pronúncia, cujo acórdão não deve exaurir as questões fáticas sob pena de incorrer em excesso de linguagem ou indevida incursão sobre o mérito, cuja competência é do Tribunal do Júri.

Eventual contradição entre a conclusão de um julgado e o conteúdo de um voto proferido em outro processo não dá ensejo à interposição dos embargos de declaração, só autorizando os vícios verificados internamente, entre a motivação e o dispositivo do próprio julgado.

Daí o recurso especial, no qual a defesa alegou que o Tribunal de origem, no acórdão proferido, teria negado vigência aos arts. 3º e 619, ambos do Código de Processo Penal.

Sustentou, em síntese, que "o que se buscou nos Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, lastreado em contradição da fundamentação à pronúncia, naturalmente, repousava na nulidade do julgamento e do acórdão, concebendo que a contradição resultava intransponível (impronúncia referente ao primeiro homicídio e pronúncia no segundo, no caso em tela, então ocorrido após 02 anos da ocorrência do primeiro, em ambos sob acusação de figurar como mandante o Acusado JOSÉ ROBERTO FRANCHETTO, ora recorrente, com o destaque de que quanto ao segundo delito - para se assegurar a impunidade do primeiro)" (e-STJ fls. 780/781).

Nesse sentido, requereu que "[...] o julgamento e a decisão de pronúncia no caso em referência - seja anulado e/ou ALTERNATIVAMENTE - que o processo referente ao segundo delito seja SUSPENSO - até que julgado o primeiro, reconhecendo-se como presente e aplicável - inafastável QUESTÃO PREJUDICIAL, esta muito mais abrangente no processo civil" (e-STJ fl. 781).

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

Inadmitido o recurso na origem, os autos subiram a este Tribunal Superior

por força de agravo.

O *Parquet*, ora agravado, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 981/924).

É o relatório.

Verifica-se do acórdão que negou provimento aos embargos de declaração com efeitos infringentes opostos pela defesa (e-STJ fls. 770/771):

Exatamente como verificado no caso em apreço, em que sustenta o embargante que o acórdão apresenta contradição e incongruência ao concluir por sua pronúncia, quando, de forma diversa, esse mesmo relator concluiu por sua despronúncia nos Autos n. 0070810-22.2007.8.22.0501, que se referem ao homicídio contra Atanásio Amaral e Silva, em cujo voto, aliás, fui vencido.

Ainda que assim não fosse, repise-se que eventuais contradições só podem ser verificadas internamente, entre a motivação e o dispositivo apresentado pelo julgado, entre a ementa e o corpo do acórdão ou entre este e o resultado da votação, não caracterizando, todavia, qualquer vício encontrado entre decisões proferidas em processos distintos ou entre a motivação apresentada para as diferentes decisões, circunstâncias que não dão ensejo à interposição dos embargos de declaração.

Sem contar que a contradição não se daria igualmente em relação ao conteúdo de cada voto, isoladamente considerado, isso porque constitui o entendimento expressado por um dos componentes da decisão (colegiada), que não constitui o resultado ou conclusão do julgado, máxime quando se busca fazer prevalecer o conteúdo de um voto vencido, tal e qual pretendido pelo embargante.

Aliás, só o fato deste relator ter concluído pela impronúncia do embargante em outro processo, em relação ao qual se afirmou ser o crime dos autos mero desdobramento, já que perpetrado para assegurar a impunidade do crime naquele investigado, não o vincula a manter o mesmo entendimento, isso pelo simples fato de que a decisão de cada feito deve guardar pertinência com as provas nele produzidas, o que entendo ter ocorrido em ambos processos.

Não à toa que, embora reconhecendo salutar a unificação dos processos quando a prova produzida em um dos feitos interesse a outro, esta Câmara, em voto de minha relatoria inclusive, nos Autos n. 1007463-27.2009.8.22.0501, entendeu recomendável a separação dos processos relativos aos crimes imputados ao recorrente porque a reunião, no caso, ensejaria prejuízo à sua defesa, exatamente porque se apresentou tese relativa à independência entre os delitos praticados que foram em tempo e local diversos, hipótese em que a lei faculta a

separação dos processos.

Portanto, também por essa razão, entendo não haver possibilidade de se vincular o resultado de um julgado ao outro.

Por outro lado, verifico ser evidente a pretensão do embargante em rediscutir o mérito da decisão, nos moldes que melhor se ajustem às suas perspectivas, todavia, é preciso não olvidar, que a espécie se refere à manutenção da decisão de pronúncia, sendo que o rito restrito do recurso em sentido estrito impede que se promova a análise exauriente dos fatos e circunstâncias do tipo incorrido, sob pena de se incorrer em indevida incursão no mérito da causa, cuja competência é do júri.

Pertinente enfatizar que, na fase da pronúncia, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, em que é precipitado o aprofundamento da análise das provas, cujo juízo preciso é do Tribunal Popular.

Vê-se, pois, que não há vício de contradição na decisão embargada, sequer eventual nulidade a ser declarada, ressaltando que o aprofundamento nas questões pretendidas pode resultar em excesso de linguagem ou indevida incursão no mérito da causa.

A respeito da pretensão modificativa, de igual forma, anoto que só teria pertinência se o acolhimento ou supressão do vício implicarem em revisão do resultado do julgamento, o que não ocorre nestes autos.

Por fim, observo que os embargos declaratórios não constituem sucedâneo recursal, de forma que eventual insatisfação com o resultado do julgamento do recurso deve ensejar a interposição de recursos cabíveis a este fim.

Posto isso, nego provimento aos embargos.

Como se vê, ficou consignado no acórdão recorrido que "[...] só o fato deste relator ter concluído pela impronúncia do embargante em outro processo, em relação ao qual se afirmou ser o crime dos autos mero desdobramento, já que perpetrado para assegurar a impunidade do crime naquele investigado, não o vincula a manter o mesmo entendimento, **isso pelo simples fato de que a decisão de cada feito deve guardar pertinência com as provas nele produzidas, o que entendo ter ocorrido em ambos processos**" (grifei).

Nesse contexto, para chegar à conclusão diversa daquela a que chegou a instância ordinária e reconhecer a interdependência entre os processos, na forma pretendida pelo agravante, seria imperativo realizar o cotejo fático e probatório dos autos, atividade inerente às instâncias ordinárias.

Com efeito, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada uma terceira instância recursal. No mais, referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça, *in verbis*: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial*".

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. OFENSA AO JUIZ NATURAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONEXÃO. IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO RECONHECIDA COM BASE EM PROVAS OBTIDAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES. REEXAME PROBATÓRIO VEDADO NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. SUPERVENIÊNCIA. QUESTÃO PREJUDICADA. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS FUNDAMENTADO. CARÁTER PROTRELATÓRIO. DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO DO JUÍZO PROCESSANTE. SÚMULA N.º 7/STJ. PEDIDO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO. SÚMULA N.º 284/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A tese recursal no sentido de inexistir a conexão reconhecida, no caso, exigiria a inversão do entendimento das instâncias ordinárias para afirmar os fatos apurados são completamente distintos, o que também não pode ser aferido no espectro de cognição do recurso especial, por demandar a análise do conteúdo fático-probatório dos autos.

2. Reconhecer a inépcia da denúncia após o julgamento do recurso de apelação da defesa implica desconstituir todo o material probatório utilizado para fundamentar a condenação, reconhecendo que não existe elemento indiciário para justificar a ação penal julgada procedente pelas instâncias ordinárias, o que não se admite na via do recurso especial.

3. É possível às instâncias ordinárias o indeferimento de provas protelatórias, sendo certo que a rediscussão do caráter protelatório ou não da diligência exigiria reexame fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula n.º 7 desta Corte Superior.

4. No tocante a tese de ausência de prova para a condenação, a ausência da indicação clara, precisa e direta dos dispositivos de lei federal supostamente violados e da forma como ocorreu a correspondente violação, tal como ocorre na espécie, consubstancia óbice à análise do apelo nobre por deficiência na fundamentação, incidindo na hipótese o disposto no enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Ademais, Para rever a conclusão, seria

necessário o reexame do acervo fático-probatório, providência descabida em recurso especial.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.404.678/SP, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe de 15/03/2019, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. NULIDADE. ART. 400 DO CPP. INTERROGATÓRIO REALIZADO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI N.º 11.719/2008. DESNECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO ATO. ILEGALIDADE INOCORRENTE.

1. Já se consolidou nesse Sodalício o entendimento segundo o qual "a Lei n. 11.719/2008, que deu nova redação ao art. 400 do CPP, porquanto lei processual penal, aplica-se desde logo, conforme os ditames do princípio *tempus regit actum*, sem prejudicar, contudo, a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, razão pela qual, já realizado o interrogatório do réu, não há obrigação de o ato ser renovado para cumprir as balizas da nova lei" (HC n. 164.420/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 25/9/2014).

2. A anulação de atos processuais significa a perda de atividades já realizadas, prejudicando as partes e o magistrado, e acarretando demora na prestação jurisdicional almejada, motivo pelo qual a legislação processual penal exige que os prejuízos decorrentes da eiva a ser reconhecida sejam concreta e efetivamente demonstrados, nos ditames do princípio *pas de nullité sans grief*, o que não se verificou *in casu*.

PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA CONEXÃO. AJUIZAMENTO DE MAIS DE UMA AÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIMES PRATICADOS EM MOMENTOS DISTINTOS. NULIDADE NÃO CONFIGURADA.

1. Embora a conexão e a continência impliquem, via de regra, a unidade de processo e julgamento, consoante a previsão contida no artigo 79 da Lei Penal Adjetiva, o certo é que o artigo 80 do referido diploma legal prevê a separação facultativa dos feitos quando "*as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação*".

2. **No caso dos autos foram intentadas ações penais distintas por condutas perpetradas em momentos diversos, não sendo obrigatória a sua reunião, de forma que corretos, então, o acórdão objurgado e a decisão do Juízo Federal de origem, que estão em consonância com o entendimento pacífico nesta colenda Corte Superior, e no egrégio Supremo Tribunal Federal.**

3. Modificar as conclusões do Tribunal Regional no sentido de que existiria conexão entre as ações penais, demandaria a incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável no Recurso Especial.

PLEITO ABSOLUTÓRIO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL.

O conhecimento do Recurso Especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, por dissídio jurisprudencial, requer a colação de julgados e a realização de cotejo analítico, de modo a demonstrar os entendimentos dissonantes e a similitude fática entre os casos, nos termos do art. 1.029, § 1º do NCPC e art. 255, §1º do RISTJ, o que não se verifica no caso.

DOSIMETRIA. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO IMPUGNADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não é uma operação aritmética, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada, devendo o magistrado eleger a sanção que melhor servirá para a prevenção e repressão do fato-crime praticado, exatamente como realizado na espécie.

2. Nos termos de entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça, a revisão da dosimetria da pena em sede de Recurso Especial é admissível apenas diante de ilegalidade flagrante, o que não se verifica, *in casu*.

3. Na hipótese, ao elevar a pena-base estabelecida pelo Togado singular, o Tribunal Regional destacou, no tocante a valoração negativa das consequências do crime, que "*o valor das contribuições omitidas pelo réu, por ser expressivo, configura uma consequência deletéria da prática criminosa em comento, o que impõe a fixação da pena-base acima do mínimo legal*" de forma que "*tendo em vista, ainda, o valor do tributo omitido - R\$793.998,01, em 30.09.2004, cf. fl. 13 fixo a pena-base em 2 anos e 6 meses de reclusão e 12 dias-multa*", fundamento que se mostra idôneo, nos termos da jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência do Verbete Sumular n.º 83 da Súmula deste Sodalício.

4. Agravo improvido. (REsp 1.237.832/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/12/2018, grifei.)

Ante o exposto, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator